

A indústria fumageira e o mercado de trabalho de Santa Cruz do Sul-RS

Marco André Cadoná

Departamento de Ciências Humanas e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da
Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc)

Recebido: 08/03/2015 Versão revisada (entregue): 24/06/2015 Aprovado: 06/07/2015

Resumo

O artigo analisa como dinâmicas regionais de desenvolvimento condicionam a organização dos mercados de trabalho. Tomando como referência empírica um levantamento realizado no segundo semestre de 2013 junto a duzentos e setenta e dois trabalhadores de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, atenta-se para o modo como as particularidades regionais contribuem para a definição das formas de uso da força-de-trabalho. Santa Cruz do Sul mantém um histórico e dependente vínculo com a indústria fumageira, cuja organização da produção tem entre suas características a “sazonalidade”: todos os anos, entre janeiro e junho/julho, o tabaco produzido pelos agricultores chega para ser processado e as indústrias contratam trabalhadores temporários (“safristas”); a partir de julho/agosto, quando a indústria fumageira entra num “período de entressafra”, apenas os trabalhadores efetivos permanecem vinculados, sendo os “safristas” desligados. Assim, em Santa Cruz do Sul, muitos trabalhadores vivenciam uma situação de aleatoriedade no mercado de trabalho, pois alternam, anualmente, tempos de atividade e “tempos de inatividade”.

Palavras-chave | Condições de trabalho; dinâmicas regionais do mercado de trabalho; emprego/desemprego; indústria fumageira; Santa Cruz do Sul.

Código JEL | J43; J64; O18.

THE TOBACCO INDUSTRY AND THE LABOR MARKET IN SANTA CRUZ DO SUL-RS

Abstract

The article analyzes how regional development dynamics affect the organization of labor markets. Taking as empirical reference to a survey conducted in the second half of 2013, along with two hundred seventy-two workers of Santa Cruz do Sul-Rio Grande do Sul State (Brazil), attends to how regional particularities contribute to defining the ways of workforce use. Santa Cruz do Sul maintains a history and dependent relationship with the tobacco industry, whose production organization has among its features the “seasonality”: every year, between January and June/July, the tobacco produced by farmers comes to be processed and the industries hire temporary workers (“seasonal workers”); from July/August, when the tobacco industry enters an “off-season”, only permanent workers remain linked, and the “seasonal workers” are

dismissed. Thus, in Santa Cruz do Sul, many workers experience a randomness situation in the labor market alternating annually, activity and non- activity time.

Keywords | Employment/unemployment; regional dynamic of the labor market; Santa Cruz do Sul; tobacco industry; working conditions.

JEL-Code | J43; J64; O18.

LA INDUSTRIA DEL TABACO Y EL MERCADO DE TRABAJO DE SANTA CRUZ DO SUL-RS

Resumen

El artículo analiza cómo la dinámica de desarrollo regional afecta a la organización de los mercados de trabajo. Tomando como referencia empírica a una encuesta realizada en el segundo semestre de 2013, a doscientos setenta y dos trabajadores de la municipalidad de Santa Cruz do Sul, en la provincia de Rio Grande do Sul (Brasil), se busca comprobar como las particularidades regionales contribuyen a la definición de las formas de uso de la fuerza de trabajo. Santa Cruz do Sul mantiene una relación histórica y dependiente con la industria del tabaco, cuya organización de producción tiene entre sus características la “estacionalidad”: cada año, entre enero y junio/julio, el tabaco producido por los cultivadores se va a procesar y las industrias contratan trabajadores temporales (“trabajadores de temporada”). A partir de julio/agosto, cuando la industria del tabaco entra en un período de “entre zafra”, sólo los trabajadores permanentes permanecen vinculados, en cuanto los “temporales” pierden su vínculo. Así, en Santa Cruz do Sul, muchos trabajadores experimentan una situación de aleatoriedad en el mercado laboral debido a la variación sucesiva de tiempos de actividad y tiempos de inactividad.

Palabras-clave | Condiciones de trabajo; empleo/desempleo; industria del tabaco; las dinámicas del mercado de trabajo; Santa Cruz do Sul.

Código JEL | J43; J64; O18.

Introdução

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada durante 2013 em Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, com o objetivo de analisar como a organização do processo produtivo da indústria fumageira condiciona as formas de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho do município. Ao tomar os dados da pesquisa como referência empírica da análise, atenta-se para o modo como as particularidades regionais contribuem para a definição de formas de uso da força-de-trabalho.

Cabe registrar que as pesquisas que acompanham as dinâmicas dos mercados de trabalho no Brasil tendem a priorizar algumas regiões metropolitanas, havendo uma grande lacuna quanto às “regiões interioranas”, compreendendo essas não somente como pequenas cidades, mas, também, como cidades médias, ou seja, cidades que, embora não estejam situadas nas regiões metropolitanas do País,

apresentam “potenciais de absorção” de investimentos, pois possuem “algum tipo de economia de aglomeração” (ganhos de produtividade atribuídos à aglomeração geográfica de populações e/ou de atividades econômicas) e, ao mesmo tempo, “não incorrem em deseconomias de aglomeração, típicas das grandes metrópoles.” (PEREIRA; LEMOS, 2003, p. 127).

Note-se, além disso, que, no Brasil, embora “não se pode falar de mercados de trabalho regionais plenamente segmentados”, não é possível ignorar “configurações específicas em cada região, ao menos em parte condicionadas pela sua forma de inserção na dinâmica econômica nacional e pelo tipo de atuação do Estado.” (BARBOSA, 2014, p. 2). Nesse sentido, inclusive, há de se considerar que já a partir das últimas décadas do século XX observou-se uma “relativa reconcentração” na dinâmica de desenvolvimento capitalista no País e, em algumas macrorregiões (em especial, no Sul e no Sudeste), entre as direções do “processo de reconcentração econômica” colocaram-se as cidades médias, situadas fora das regiões metropolitanas (DINIZ, 1993). Analisar como esse processo de “interiorização” da dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil se apresenta no período mais recente, em especial suas implicações sob o ponto de vista da organização dos mercados de trabalho, é, sem dúvida, um desafio que ainda precisa ser enfrentado pela bibliografia que se ocupa com a temática “desenvolvimento regional no Brasil”.

No caso de Santa Cruz do Sul, trata-se de uma cidade que está localizada numa região do Rio Grande do Sul cuja principal característica é o histórico vínculo econômico, político, sociocultural com a produção do tabaco: na “região fumicultora de Santa Cruz do Sul” encontra-se o maior complexo agroindustrial de tabaco do mundo (VOGT, 1997) e, especificamente, na cidade de Santa Cruz do Sul está localizado o maior complexo beneficiador de fumo em folha, contando com a presença de grandes indústrias fumageiras, tais como Souza Cruz, Philip Morris, Alliance One e Japan International Tobacco.

A presença desse complexo beneficiador de tabaco não somente coloca Santa Cruz do Sul numa relação de dependência econômica com a indústria fumageira, mas, também, o próprio mercado de trabalho da cidade tem uma dinâmica que, em grande parte, expressa as necessidades colocadas pela indústria fumageira. Assim, por exemplo, uma análise dos dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) indica que o número de pessoas que são empregadas em Santa Cruz do Sul nos primeiros semestres de cada ano é significativamente maior do que o número de pessoas que são demitidas, enquanto que nos segundos semestres a situação se inverte, ou seja, o número de pessoas demitidas é significativamente maior do que o número de pessoas que são admitidas. A título de exemplo, no período entre 2010 e 2013, em média foram admitidas 18.559 pessoas e demitidas 11.463 pessoas nos primeiros semestres; enquanto que nos segundos semestres, em média foram admitidas 11.492 pessoas e demitidas 17.057 pessoas (BRASIL, 2014). Ora, não é coincidência que

justamente nos primeiros semestres a indústria fumageira recebe o tabaco dos agricultores para o processamento industrial, contratando, então, trabalhadores temporários (conhecidos na região como trabalhadores “safistas”) que ficam empregados até os meses de julho/agosto, quando termina o período de processamento industrial do tabaco.

Ademais, a indústria fumageira, em especial a partir da década de 1990 e seguindo a tendência observada em diferentes setores industriais no Brasil, promoveu ampla reestruturação produtiva, com a introdução de novas tecnologias e novas formas de organização da produção e do trabalho (FARIA; PREVITALI, 2013). Evidentemente, a reestruturação produtiva promovida pela indústria fumageira, pressionada ainda mais nas últimas décadas pelo aumento da competitividade industrial, pelas campanhas antitabagistas, pela pirataria, pela proibição de *merchandising*, teve amplas repercussões sobre os trabalhadores do setor, em decorrência do deslocamento de unidades produtivas, do enxugamento no número de trabalhadores, de novas formas de integração dos trabalhadores no processo de trabalho (trabalho em grupo, novas formas de controle que objetivam estimular à cooperação e ao envolvimento com os objetivos das empresas etc.), das novas exigências em termos de escolarização e de qualificação profissional (FARIA; PREVITALI, 2013). Assim, pela importância da indústria fumageira no mercado de trabalho de Santa Cruz do Sul, a reestruturação produtiva promovida pelo setor não somente repercutiu na estruturação do mercado de trabalho do município, mas, também, nas próprias formas de inserção dos trabalhadores.

Aspectos da dinâmica recente dos mercados de trabalho no Brasil

A análise da dinâmica dos mercados de trabalho no Brasil ganhou importância, principalmente a partir das duas últimas décadas do século XX, em virtude do processo de reestruturação neoliberal do capitalismo no País. Para os trabalhadores, aquele processo de reestruturação do capitalismo teve diferentes e significativas implicações, não somente porque impulsionou alterações nas formas de inserção nos processos de trabalho (em decorrência das transformações nos modos de organização da produção e do trabalho promovidas pelas empresas capitalistas), mas, também, porque provocou alterações nos mercados de trabalho, promovendo relações de trabalho não raras vezes comprometidas com maior precarização (desemprego, formas inseguras de empregos, comprometimento da renda, formas flexíveis de contratação).

É importante notar, nesse sentido, que durante a década de 1990 *um projeto neoliberal de reestruturação do capitalismo* tornou-se uma referência importante na orientação das políticas governamentais no Brasil. O que significa dizer que, naquela década, um conjunto de pressupostos do ideário neoliberal – abertura comercial, privatização de empresas estatais, transferência para a iniciativa privada

de serviços até então realizados pelo Estado, eliminação das restrições para investimentos estrangeiros, liberalização financeira, desregulamentação econômica e trabalhista (maior flexibilidade na legislação trabalhista), focalização e seletividade na efetivação das políticas sociais, política de estabilização da economia (o controle do déficit público e da inflação) – tornaram-se hegemônicos junto às forças sociais e políticas que estiveram no comando dos governos nacionais no Brasil, visando não somente solucionar a crise econômica do País, mas, também, promover sua “integração competitiva” no processo de reestruturação do capitalismo em nível mundial (FIORI, 2002).

No final dos anos 1990 e, portanto, após uma década de governos comprometidos com reformas e políticas econômicas orientadas para o mercado, o balanço dos resultados alcançados e das perspectivas para o “capitalismo brasileiro” não era alentador. O sucesso no combate à inflação teve como custo o aumento das taxas de juros, um incontrolado endividamento (externo e interno), o comprometimento dos investimentos e dos gastos públicos e a deteriorização ainda maior da capacidade estruturante do Estado; as privatizações, as fusões e as vendas de empresas nacionais provocaram o aumento da oligopolização e da desnacionalização da economia do País (FIORI, 2002); e a economia apresentou um crescimento ainda mais insignificante daquele registrado durante a chamada “década perdida” (1980): em média, a economia brasileira cresceu 1,9% ao ano durante a década de 1990, contra os 2,2% alcançados durante a década de 1980 (CANO, 2000).

Para *as pessoas que vivem do trabalho*, a reestruturação neoliberal do capitalismo no Brasil durante os anos noventa se manifestou através do aprofundamento do grau de precarização, já presente no contexto da crise econômica da década de 1980. Precarização que se expressou, considerando os dados da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) realizada pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), através do crescimento do desemprego, do crescimento dos empregos em condição de vulnerabilidade, do comprometimento da renda dos trabalhadores, do crescimento no número de trabalhadores sem um contrato legal de trabalho (DIEESE, 2001). Nesse sentido, como afirma Pochmann (2001), o “modelo econômico” adotado durante a década de 1990 no Brasil mostrou-se “solidário com o desemprego”, pois uma “nova composição da demanda agregada” (com restrições à produção industrial do País), a “reinserção externa”, a reestruturação das grandes empresas e a reformulação do setor público contribuíram para a afirmação de um quadro histórico desfavorável aos empregos e favorável ao crescimento do desemprego (POCHMANN, 2001, p. 114).

A partir dos anos 2000, em especial a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva (iniciado em 2003), um contexto internacional favorável ao crescimento da economia brasileira (considere-se, em especial, o crescimento da demanda internacional por produtos primários produzidos no País) e mudanças promovidas

na direção das políticas governamentais (investimento em programas de transferência de renda, políticas de incentivo ao desenvolvimento econômico que priorizaram determinados setores econômicos com maior potencial de integração no mercado de trabalho, política de recuperação do salário mínimo) permitiram que a precarização do trabalho que caracterizou a década de 1990 fosse estancada (ainda que não tenha sido revertida), observando-se, então, um período de crescimento dos empregos (com conseqüente diminuição do desemprego) e de recuperação do poder aquisitivo dos salários de amplos setores das classes trabalhadoras no País (MARQUES, NAKATANI, 2009).

Se essas breves considerações acerca das políticas econômicas adotadas no Brasil a partir da década de 1990 já permitem assinalar algumas implicações sobre os mercados de trabalho e sobre os trabalhadores, é preciso notar, também, que a “reorganização neoliberal” do capitalismo brasileiro a partir daquela década (abertura da economia, estagnação econômica, aposta na lógica do mercado para dinamizar o desenvolvimento, redução da capacidade estruturante do Estado), num contexto histórico de mudanças técnico-científicas e de mundialização do capital, impulsionou processos de reestruturação produtiva nas empresas capitalistas situadas no Brasil, com grande capacidade de transformação nos modos de trabalhar e nos modos de inserção dos trabalhadores no mundo do trabalho.

Nessa direção, não sem descontinuidades e incongruências, empresas privadas de diferentes setores econômicos promoveram processos de reestruturação produtiva, com a adoção de novas tecnologias e novas formas de organização do processo de trabalho e de produção, buscaram novas formas de organização empresarial (terceirização da produção, deslocamento da produção, importação de fases da produção etc.), perseguiram novas e mais “flexíveis” (neologismo utilizado para encobrir processos de precarização) formas de utilização da força-de-trabalho, adotaram (principalmente as grandes empresas) estratégias de competição visando atuar num contexto de mundialização do capital (ANTUNES, 1999, 2013).

Evidentemente, uma análise das características do processo histórico de reestruturação do capitalismo (em nível mundial e no Brasil), ocorrido a partir das últimas décadas do século XX, é importante para que se identifiquem tendências gerais naquele processo. Porém, se a análise precisa estar atenta a essas tendências gerais, às uniformidades e aos padrões construídos, não pode se descuidar, igualmente, das singularidades históricas e culturais, manifestadas na forma como agem e reagem (diante do próprio processo de reestruturação do modo de produção capitalista) empresas, setores econômicos, instituições, classes sociais, regiões.

Se o processo histórico de reestruturação do capitalismo colocou para as regiões, para setores econômicos, para as empresas capitalistas, a necessidade de dar

respostas a uma dinâmica de desenvolvimento caracterizada por profundas transformações técnico-organizacionais, por novos padrões de produção, pela mundialização, enfim, por novas lógicas de valorização do capital, é preciso compreender como essas regiões, como esses setores econômicos e como essas empresas capitalistas, com suas particularidades econômicas, socioculturais, mesmo políticas, articularam-se e estabeleceram estratégias de atuação visando enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades inerentes ao próprio processo de reestruturação do modo de produção capitalista. Se a análise pretende alcançar, também, o trabalho, torna-se necessário, então, ocupar-se com os condicionamentos históricos dessa articulação (das empresas, dos setores econômicos, das regiões) sobre a natureza do trabalho, sobre o ser-que-trabalha, sobre as formas de empregabilidade, sobre as formas de estruturação dos mercados de trabalho.

A dinâmica do mercado de trabalho na cidade de Santa Cruz do Sul

A partir de agora, o artigo dá atenção aos dados resultantes de um levantamento realizado durante 2013 em Santa Cruz do Sul com o objetivo de investigar como a indústria fumageira condiciona as formas de inserção no mercado de trabalho do município. O levantamento realizado ocorreu através da aplicação de um formulário de pesquisa junto a 272 (duzentas e setenta e duas) pessoas com idades entre os 16 e os 59 anos e residentes na cidade de Santa Cruz do Sul. Essa amostra, que foi construída a partir dos dados populacionais do município de Santa Cruz do Sul (IBGE, 2014) e considerou a localização (bairros), a idade, o sexo e a escolaridade das pessoas que residem na cidade, permite que os dados sejam apresentados com representatividade estatística (para a população da cidade de Santa Cruz do Sul), com um nível de confiabilidade de 90% e uma margem de erro de cinco pontos percentuais (CADONÁ, 2014).

Cabe notar, ainda sobre o levantamento realizado, que o formulário aplicado contemplou um conjunto de questões distribuídas nos seguintes eixos temáticos: a) perfil socioeconômico dos trabalhadores; b) situação individual no mercado de trabalho; c) situação individual de ocupação; d) condições de trabalho; e) relações de trabalho. Para os fins da análise apresentada neste artigo são esses dados, portanto, que serão considerados.

Em relação ao *perfil socioeconômico dos trabalhadores* que responderam o formulário de pesquisa, sob o ponto de vista da *idade*, 11% tinham idades entre os 16 e os 18 anos, 25,8% tinham idades entre os 19 e os 29 anos, 24,6% tinham idades entre os 30 e os 39 anos, 23,2% tinham idades entre 40 e os 49 anos e 15,4% tinham idades entre os 50 e os 59 anos; sob o ponto de vista do *sexo*, 47,4% eram homens e 52,6% eram mulheres; no que diz respeito à *escolaridade*, um grupo significativo (39,7%) tinha, no máximo, o ensino fundamental completo, sendo que apenas

5,1% tinham o ensino superior completo (o que é muito instigante, considerando que na cidade de Santa Cruz do Sul estão localizadas duas Instituições de Ensino Superior); por fim, quanto à *renda média (declarada) das famílias*, 45,6% declararam que suas famílias tinham renda média mensal de até dois salários mínimos e apenas 6,6% declararam que suas famílias tinham renda média mensal de cinco ou mais salários mínimos (CADONÁ, 2014).

No que diz respeito à *situação no mercado de trabalho*, embora o levantamento dos dados tenha ocorrido num período em que a indústria fumageira ainda não estava contratando os trabalhadores temporários (o levantamento foi realizado nos meses de outubro e de novembro de 2013), um dado que se destacou, sem dúvida, foi o *alto índice de pessoas desempregadas*. Pela importância desse dado, apresenta-se a seguir um quadro indicando a situação em que se encontravam as pessoas no momento do levantamento. Ao serem perguntados sobre “qual era a situação em que se encontravam no mercado de trabalho naquele momento”, 58,1% afirmaram que estavam trabalhando de forma permanente num local de trabalho. Por outro lado, 15,8% afirmaram que procuraram emprego nos últimos 30 dias que antecederam ao da pesquisa, mas não encontraram, e nos últimos sete dias (que antecederam ao da pesquisa) não realizaram nenhuma atividade remunerada; constituindo esses 15,8%, portanto, o que o DIEESE denomina de “desemprego aberto”, ou seja, a situação dos indivíduos que, em que pese terem procurado emprego num período próximo ao da pesquisa, não encontraram, não realizando, ainda, nenhuma atividade remunerada. Somam-se a esses 15,8% de pessoas pesquisadas, porém, os 14,7% que procuraram trabalho nos últimos 30 dias que antecederam ao da pesquisa e realizaram apenas ocasionalmente atividades remuneradas naquele período, constituindo o que é indicado pelo DIEESE como “desemprego oculto”. Assim, somando-se esses dois índices chega-se aos 30,5%, caracterizando-se, nesse sentido, um índice muito elevado num contexto em que as pesquisas, em nível nacional, apontavam índices menores aos 10% de desemprego (ver Quadro 1).

(continua)

Quadro 1 Trabalhadores pesquisados, por condição em que se encontravam no mercado de trabalho no período de realização da pesquisa

Condição no mercado de trabalho	Número de pessoas	%
Está trabalhando de forma permanente num local de trabalho	158	58,1
Procurou emprego nos últimos 30 dias, não encontrou, e nos últimos sete dias não realizou nenhuma atividade remunerada	43	15,8

(conclusão)

Procurou trabalho nos últimos 30 dias e neste período realizou ocasionalmente atividades remuneradas	40	14,7
Não procurou trabalho nos últimos 30 dias, mas procurou no último ano e não encontrou	09	3,3
Não procurou trabalho nos últimos 30 dias, mas trabalhou no último ano	13	4,8
Não esteve procurando trabalho e não trabalhou em lugar nenhum no último ano	2	0,7
Outro	7	2,6
Total	272	100,0

Fonte: Cadoná (2014, p. 53).

Como explicar esses índices de desemprego? Um dos fatores é a peculiaridade do município de Santa Cruz do Sul, constituído por uma força de trabalho temporária (safristas) e que, portanto, num determinado período do ano fica sem ocupação na indústria, ou procurando outra ocupação, ou realizando atividades esporádicas ou, ainda, ficando em casa na espera de um novo período de contratação na indústria.

O município de Santa Cruz do Sul é um polo migratório na região do Vale de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. Mulheres e homens de diferentes municípios da região se deslocam para Santa Cruz do Sul, atraídos pela possibilidade de encontrar um emprego, em especial nas indústrias fumageiras localizadas no município. Assim, os dados aqui apresentados podem estar indicando, de fato, uma realidade marcada por um grande índice da população adulta que se encontra na condição de grande precarização no mercado de trabalho. Uma população trabalhadora constituída por diferentes grupos: por homens e mulheres que, de fato, estão integrados no mercado de trabalho através de ocupações permanentes (emprego formal, com carteira assinada); por homens e mulheres que constituem um exército social de reserva desse primeiro grupo, com disponibilidade e condições de ocuparem os empregos formais que o mercado de trabalho do município disponibiliza; por homens e mulheres situados na condição de trabalhadores temporários, os safristas, e que não necessariamente disputam os empregos formais e permanentes disponíveis no mercado de trabalho do município; e, ainda, por um “exército social de reserva dos safristas”, ou seja, por homens e mulheres que vivenciam o desemprego como condição permanente e que disputam, anualmente, os empregos temporários que a indústria fumageira, principalmente, oferece.

Em relação à *experiência de inserção no mercado de trabalho*, uma primeira questão a ser destacada está relacionada com a idade em que as pessoas que responderam ao formulário começaram a trabalhar: praticamente a metade (46,1%) começou a

trabalhar com menos de 16 anos; ou seja, para parcelas significativas de trabalhadores nos espaços urbanos de Santa Cruz do Sul, a experiência do trabalho se inicia cedo, ainda em idade escolar (CADONÁ, 2014).

A experiência no mercado de trabalho começa cedo e compreende, de modo geral, a passagem por diferentes locais de trabalho. Pois percentagens significativas das pessoas que estavam trabalhando no momento da pesquisa, desde que começaram a trabalhar já tinham trabalhado em quatro locais: 49,7% dos trabalhadores que responderam o formulário indicaram que já tinham trabalhado em quatro ou mais lugares (CADONÁ, 2014, p. 57). Esse dado, por si só, é um indicador da “flexibilidade de local” que caracteriza as trajetórias das pessoas que atuam no mercado urbano de trabalho de Santa Cruz do Sul; no entanto, não é um indicador do grau de rotatividade, pois, no caso dos trabalhadores safristas, muitos deles não trocam de local de trabalho entre um ano e outro, mas continuam trabalhando na mesma indústria, “aproveitados” que são nos processos de avaliação e de seleção que as indústrias realizam com esses trabalhadores anualmente.

Alem do desemprego e da “flexibilidade de local”/rotatividade, o mercado urbano de trabalho de Santa Cruz do Sul também é caracterizado pelo distanciamento de parcelas significativas de direitos sociais e trabalhistas. Isso ficou evidenciado no fato de que, dos trabalhadores que responderam o formulário e que estavam trabalhando no momento da pesquisa, apenas 50,3% atuavam no setor privado com carteira assinada, enquanto 14,5% atuavam no setor privado sem carteira assinada e, ainda, um grupo significativo (20%) era constituído por autônomos que trabalhavam para o público (CADONÁ, 2014, p. 59-60).

Também é importante destacar que, embora a maioria dos trabalhadores que responderam o formulário da pesquisa estivesse trabalhando numa jornada de 8 horas diárias, 27,3% afirmaram que trabalhavam mais de oito horas diárias e 22,4% afirmaram que suas jornadas de trabalho tinham variações, sendo às vezes menor do que oito horas diárias e em outras vezes maior. São dados que indicam, portanto, que boa parte dos trabalhadores dos espaços urbanos de Santa Cruz do Sul tem jornadas flexíveis de trabalho, não raras vezes superiores àquelas que a lei determina. Também é significativo que a maioria dos trabalhadores ocupados trabalhava nos finais de semana: 36,4% afirmaram que “frequentemente” e 19,4% afirmaram que “às vezes” trabalhavam nos finais de semana (CADONÁ, 2014, p. 68). Trata-se de um dado significativo, que indica que para muitos trabalhadores de Santa Cruz do Sul, os sábados e os domingos, ainda que não sejam “dias de trabalho”, podem ser ocupados com trabalho, atendendo às necessidades dos locais onde trabalham. Dado corroborado pela pergunta que investigou quantos dias por semana as pessoas trabalhavam: embora a maioria afirmou que trabalhava até cinco dias (57% afirmaram que trabalhavam até cinco dias por semana), 26,7% informaram que trabalhavam seis dias (o que significa que trabalhavam nos sábados) e 9,7% que trabalhavam sete dias por semana (CADONÁ, 2014, p. 69).

Trabalha-se, muitas vezes, mais do que cinco dias por semana, mas nem por isso o salário recebido corresponde a esse volume de trabalho. Tanto é assim que a maioria dos trabalhadores que responderam o formulário afirmou que recebia *até dois salários mínimos*: 77,6% afirmaram que ganhavam até dois salários mínimos, enquanto que, por outro lado, apenas 1,8% afirmaram que ganhavam mais de 10 salários mínimos (CADONÁ, 2014, p. 71).

Sob o ponto de vista das *condições de trabalho*, um primeiro aspecto a ser destacado no levantamento realizado está relacionado ao tipo de trabalho que as pessoas realizavam e ao modo como avaliavam esse trabalho em termos de exigências quanto ao esforço físico, ao esforço mental, ao seu caráter criativo ou monótono, às responsabilidades implicadas, ao grau de diversidade das tarefas, mesmo quanto gostavam do trabalho que realizavam. Quanto às *exigências em termos de esforço físico*, os trabalhadores que responderam se dividiram entre os 38,9% que afirmaram que o trabalho que realizavam não exigia nada de esforço físico e os 40,7% que afirmaram que realizavam algum tipo de atividade que exigia muito esforço físico. Essa divisão não se observou na avaliação quanto às *exigências de esforço mental*, pois praticamente a metade afirmou que as atividades que realizavam exigiam muito esforço mental, enquanto que 25,5% afirmaram que não havia nenhuma exigência de esforço mental (CADONÁ, 2014, p. 72).

O levantamento registrou que, de modo geral, havia um sentimento positivo em relação ao trabalho que as pessoas realizavam. Embora muitos realizassem *atividades repetitivas* (54,3% afirmaram que o trabalho que realizavam era “muito repetitivo”), para 38,3% o trabalho realizado era *muito criativo*, para 45,7% era um trabalho que compreendia *muitas atividades diversificadas*, para 50,3% era um trabalho *muito estimulante*, para 86,3% era um trabalho que exigia *muita responsabilidade*, para 67,1% era um trabalho que podia ser realizado com *muita liberdade*, para 66,3% era um trabalho onde as pessoas se sentiam *muito valorizadas* e, finalmente, 81,4% afirmaram que *gostavam muito do trabalho que realizavam* (CADONÁ, 2014, p. 72).

Essa visão positiva em relação ao trabalho foi, inclusive, corroborada pelos trabalhadores quando avaliaram um conjunto de aspectos relacionados às condições de trabalho que encontravam nos locais onde trabalhavam. Nesse sentido, considerando-se as respostas “sempre” e “às vezes”, 75,2% afirmaram que tinham oportunidades de *realizar tarefas diferentes*, 45,1% que tinham oportunidades de *realizar cursos de capacitação*, 79,9% que tinham oportunidades de *colaborar com outros colegas*, 78,5% que tinham oportunidades de *receber ajuda dos colegas*, 78,5% que tinham oportunidades de *trabalhar em equipe*, 66,9% que tinham oportunidades de *assumir responsabilidades de liderança*, 55,2% que tinham oportunidades de *sugerir mudanças para seus superiores* e 71,1% afirmaram que tinham oportunidades de *compreender todo o processo de trabalho* (CADONÁ, 2014, p. 72).

Esse conjunto de dados é, certamente, resultado de uma ética de valorização do trabalho que, considerando a colonização alemã da região de Santa Cruz do Sul, o

valor dado ao trabalho na tradição da região, pode ser expressivo dessa cultura ancestral. Note-se, como afirmado anteriormente, que 77,6% desses trabalhadores ganhavam até dois salários mínimos, o que é um indicador de que na avaliação do trabalho que realizavam a remuneração não era considerada condicionante de suas avaliações. Não se trata de afirmar que estavam satisfeitos com suas remunerações, mas de observar que a realidade analisada compreendia uma ética de valorização do trabalho que condicionava as visões dos trabalhadores em relação aos seus trabalhos, inclusive relativizando a importância de condições adversas que encontravam em seus cotidianos de trabalho.

Essas contradições foram corroboradas pelas respostas dos trabalhadores às questões que investigaram as condições objetivas de trabalho como, por exemplo, se trabalhavam em pé, se trabalhavam em postura desgastante, se realizavam atividades repetitivas, se levantavam objetos pesados, se corriam riscos em seus locais de trabalho, se o local onde trabalhavam tinha muito barulho. Se consideradas as respostas “sempre” e “às vezes”, 84,6% *trabalhavam de pé*, 66,7% trabalhavam em *posturas desgastantes*, 76,6% realizavam *atividades repetitivas e monótonas*, 46,3% levantavam ou *deslocavam objetos pesados*, 30,2% ficavam em *locais com riscos de quedas* e 37,7% trabalhavam em *locais com muito barulho* (CADONÁ, 2014, p. 74).

Há de se destacar, também, que os trabalhadores pesquisados atuavam em locais onde determinadas garantias trabalhistas (como, por exemplo, alimentação, transporte, prêmio por produtividade, férias, seguro-saúde, e mesmo décimo terceiro salário) nem sempre estavam asseguradas. Assim, a metade não tinha acesso nem a refeição e nem a transporte nos locais onde trabalhavam; 92,1% não acessavam creche a partir dos seus locais de trabalho; 83,5% não trabalhavam em locais que premiavam por aumento de produtividade; 37,6% não recebiam décimo terceiro salário; 41% não tinham férias; 76,9% não tinham acesso a seguro-saúde e 83,8% não tinham acesso a seguro-odontológico (CADONÁ, 2014, p. 76).

Por fim, é importante considerar apenas alguns dados relacionados à consciência de pertencimento à classe trabalhadora, a um coletivo que, afinal, no conjunto de relações sociais de produção presentes nas formações sociais capitalistas, participam do processo de valorização do capital na condição de trabalhadores. Nessa direção, foram propostas para as pessoas que se encontravam ocupadas no período da pesquisa apenas duas questões: se estavam filiadas a algum sindicato e se consideravam importante ter representação sindical. O levantamento indicou que a maioria dos trabalhadores não estava filiada a sindicatos: 27,3% afirmaram que eram filiados a sindicatos e 72,7% afirmaram que não estavam filiados a nenhum sindicato. Em que pese não estarem sindicalizados, as pessoas que responderam o formulário entendem que o sindicato é uma importante instituição de representação dos interesses dos trabalhadores: 65,5% afirmaram que consideravam importante ter representação sindical, enquanto 30,9% que não consideravam importante ter tal representação (CADONÁ, 2014, p. 76-77).

Considerações finais

Este artigo apresentou uma análise das condições de trabalho na cidade de Santa Cruz do Sul. Como afirmado na introdução, o mercado de trabalho no Brasil apresentou mudanças significativas nas últimas décadas. Depois de longo período de estruturação dos mercados urbanos de trabalho, dentro dos quadros históricos da industrialização que caracterizaram a economia do País especialmente no período entre 1950 e 1970, durante a década de 1980 a crise do padrão de desenvolvimento capitalista adotado pelo regime autoritário-militar iniciou um processo de desestruturação dos mercados de trabalho que se estendeu até o início da década de 2000.

Para parcelas significativas dos trabalhadores brasileiros, portanto, as últimas décadas do século XX foram caracterizadas por um intenso processo de precarização, expresso através de altas taxas de desemprego, da enorme participação do mercado informal na constituição das ocupações, na corrosão do poder aquisitivo dos salários, no distanciamento em relação à legislação de proteção social e trabalhista, ao próprio enfraquecimento (decorrente também da desestruturação dos mercados de trabalho) da representação político-social dos trabalhadores (dos sindicatos).

A partir da década de 2000, em especial a partir do segundo governo de Luís Inácio Lula da Silva (2007, portanto), alguns indicadores do processo de precarização das condições de vida e de trabalho das pessoas que vivem do trabalho no Brasil foram estancados e, inclusive, revertidos. O crescimento da economia criou condições favoráveis para que um maior número de empregos (formais) fosse criado, diminuindo significativamente o desemprego e, inclusive, a participação do mercado informal na constituição das ocupações do País; as políticas de distribuição de renda executadas pelos governos nacionais permitiram uma melhora significativa da renda de parcelas significativas das pessoas que vivem do trabalho, pois, além das ações de transferência direta de renda (Bolsa Família), implicaram ações que resultaram na melhora do poder aquisitivo dos salários; o aumento dos empregos formais (com suas implicações sobre os empregos informais) garantiram maior acesso a direitos garantidos pela legislação social e trabalhista do País, em que pese as ofensivas (do governo e da burguesia no País) no sentido de “flexibilizar as relações de trabalho” (um eufemismo para disfarçar o interesse em diminuir os “custos” com o trabalho no País, retirando direitos sociais e trabalhistas duramente conquistados pelos trabalhadores).

Nesse sentido, a análise apresentada permite uma reflexão sobre a complexidade dos mercados de trabalho no Brasil. Pois, apesar do período favorável aos empregos formais e melhores condições salariais, que caracteriza a situação brasileira especialmente a partir da segunda metade da década de 2000, os dados apresentados indicam que parcelas significativas das pessoas que estão inseridas no

mercado de trabalho em Santa Cruz do Sul experienciam determinados períodos do ano na condição de desempregadas. Como apontado no artigo, 30,5% das pessoas que responderam ao formulário da pesquisa a partir da qual este artigo foi elaborado estavam, no período da pesquisa, desempregadas (desemprego aberto e desemprego oculto). São dados instigantes, pois eles não contrariam os dados nacionais que apontam índices bem menores de desemprego, mas sinalizam características específicas de um mercado de trabalho que historicamente se estruturou assentado em ocupações precárias, temporárias, típicas da condição de sazonalidade que o principal segmento de atividade econômica da região de estudo, o setor industrial fumageiro, há muito já naturalizou na referida região.

Como já foi indicado, o levantamento foi realizado nos meses de outubro e novembro de 2013. Ora, trata-se de um período em que as indústrias fumageiras não estão contratando os trabalhadores safristas. Assim, o alto índice de desemprego registrado pela pesquisa aponta para essa realidade, uma realidade caracterizada pela “cultura do aleatório”, como define Castel (1998, p. 7) para dizer da situação de trabalhadores e trabalhadoras que alternam tempos de atividade e tempos de inatividade. Em Santa Cruz do Sul, uma parcela significativa de trabalhadores e de trabalhadoras vive nessa condição, atuando na indústria fumageira por quatro, cinco, às vezes seis, sete meses e, no restante do ano, fazem “bico”, ficam desempregadas, ficam esperando a próxima safra.

O mercado de trabalho de Santa Cruz do Sul, nesse sentido, se constituiu historicamente dessa forma. Existem os permanentes e existem os safristas (os temporários), numa dinâmica que se altera no tempo e que, no caso específico da indústria fumageira, nas últimas décadas tem implicado redução dos permanentes e aumento dos safristas.

O desemprego, nesse sentido, tem naturezas diversas em Santa Cruz do Sul. Para alguns, trata-se de desemprego temporário, pois convive com a perspectiva do emprego temporário, assegurado anualmente para um grupo de trabalhadores; para outros, ele expressa o desequilíbrio permanente entre oferta e demanda por trabalho, tendo uma condição temporal que não é definida, que pode cessar através do acesso aos empregos temporários, mas que pode se estender mesmo quando chega o tempo desses. E, o que é instigante, essa é uma condição que cria, também, diferentes exércitos sociais de reserva: existem trabalhadores que disputam os empregos permanentes, disponibilizados não somente pela indústria fumageira, mas, também, por outras empresas e por outros setores da economia; e existem trabalhadores que, inclusive pelas condições inseguras que possuem para disputar vagas no mercado de trabalho, disputam os trabalhos temporários. É uma inclusão que se manifesta com diferentes faces, muitas delas com expressões marcadas por intensa precarização.

Mas o artigo apresentou outros dados, relacionados às trajetórias dos trabalhadores e das trabalhadoras no mercado de trabalho, às suas

“representações” acerca dos locais de trabalho onde estão atuando, às condições de trabalho e de acesso a determinados direitos trabalhistas. São dados que indicam realidades contraditórias: em que o trabalho é, ao mesmo tempo, valorizado e desvalorizado; em que os locais de trabalho são, ao mesmo tempo, agradáveis e indesejados; em que as possibilidades de realização através do trabalho são, ao mesmo tempo, assinaladas e negadas. Assim, por exemplo, parcelas significativas dos trabalhadores ocupados afirmaram que, nos seus locais de trabalho, se sentiam valorizados, afirmando, também, que gostavam do trabalho que realizavam; mas, por outro lado, a grande maioria recebia até dois salários mínimos e muitos trabalhavam além da jornada de trabalho definida em lei; os locais de trabalho eram considerados locais “onde se realiza atividades diversas”, “onde se tem espaço de autonomia”, “onde se pode dar sugestões para os chefes”, mas, ao mesmo tempo, muitos trabalhavam em posturas desgastantes e muitos não alcançavam direitos sociais e trabalhistas importantes para garantir condições dignas de vida e de trabalho.

O trabalho é o ponto de partida para a humanização do ser social. É a partir do trabalho que o ser humano torna-se um ser social, distinguindo-se, inclusive, de todos os outros seres animais. Na visão dos trabalhadores e das trabalhadoras pesquisadas, o trabalho é uma atividade valorizada, pois fonte de sentido para a própria existência. O trabalho abstrato encontrado, aquele que resulta das relações sociais capitalistas ou vinculadas à lógica de valorização do capital, porém, nem sempre se apresenta como atividade afirmativa e valorizadora de suas humanidades. Nesse processo histórico, poucos estão sindicalizados e, talvez, com essa atitude, expressem desconfiças legítimas em relação às formas de representação política que se desenvolvem nos espaços em que atuam. Contudo, a maioria entende que os trabalhadores e as trabalhadoras precisam ter uma representação sociopolítica, permitindo pensar que, sim, “o trabalho deixou de ser o que havia sido”, e que nós, seres humanos, “de repente percebemos que já não somos necessários no mundo”, mas que, ao mesmo tempo e através do trabalho, é possível recuperar a positividade do trabalho e (re)afirmar a necessidade dos seres humanos no mundo.

Referências

AFUBRA. Associação dos Fumicultores do Brasil. **Fumicultura Brasil**. Disponível em: <http://www.afubra.com.br>. Acesso em: 7 dez. 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **Mercado de trabalho e desigualdades regionais no Brasil**. Disponível em: http://www.pucsp.br/eitt/downloads/vi_ciclo_alexandre_barbosa.pdf. Acesso em: 8 dez. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Dados e Estatística**. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED. Disponível em: <http://www.portal.mte.gov.br/caged/estatisticas.htm> . Acesso em 6 dez. 2014.

CANO, Wilson. **Soberana e política econômica na América Latina**. São Paulo: UNESP, 2000.

CADONÁ, Marco André. **O mercado de trabalho e as condições de trabalho nos espaços urbanos da região fumicultora de Santa Cruz do Sul (RS)**: um estudo sobre precarização das relações de trabalho. Santa Cruz do Sul: UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul), 2014. (Relatório de Pesquisa).

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Trad. de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

DIEESE Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio Econômicas. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

_____. **Pesquisa de emprego e desemprego (PED)**. Disponível em: <http://www.dieese.com.br>. Acesso em: 6 dez. 2014.

DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 35-64, set. 1993.

FARIA, Andréia Farina de; PREVITALI, Fabiane Santana. Reestruturação produtiva, relações interfirmas e trabalho no setor fumageiro no Brasil a partir da década de 1990. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 247-268.

FIORI, José Luis. **60 lições dos 90**: uma década de neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FREITAS, Caroline C. Schulte de. **O trabalho com o fumo**: subjetivação e precarização na atividade das trabalhadoras safristas. 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). UFRGS, Porto Alegre, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2014.

OLIVEIRA, Fabrício; NAKATANI, Paulo. A política econômica do crescimento insustentável. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 99-124, 2005.

PEREIRA, Fabiano M., LEMOS, Mauro B. Cidades médias brasileiras: características e dinâmicas urbano-industriais. **Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)**, Brasília, IPEA, v. 33, n. 1, p. 127-165, abr. 2003.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

SILVEIRA, Rogério L. Lima da. **Cidade, corporação e periferia urbana**: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SARAMAGO, José. **A caverna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VOGT, Olgário P. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS (1849-1993)**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

Endereço para correspondência:

Marco André Cadoná – marco14cadona@hotmail.com
Av. Independência, 2293, Bairro Universitário
96.815-900 Santa Cruz do Sul/RS, Brasil